



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8282/2022

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de São Carlos – SP, à Rua Episcopal, n.º 1.575, Centro, inscrito no CNPJ sob n.º 45.358.249/0001-01, torna público para conhecimento dos interessados, que na Sala da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de São Carlos, situada no endereço supracitado, nesta cidade, encontra-se aberto procedimento licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, regido pela Lei Federal 8.666/93, devidamente atualizada. **Os envelopes referentes a esta CONCORRÊNCIA PÚBLICA serão recebidos e protocolados até às 09h00min do dia 20 de dezembro de 2022, quando serão abertos de conformidade com as seguintes cláusulas e instruções:**

1. DO OBJETO

01.01. O objeto desta **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR NO BAIRRO JARDIM IPANEMA PELO PROGRAMA PAINSP DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, nos termos dos Anexos VII a XI do presente edital.

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS

02.01. Os recursos financeiros serão atendidos por verbas constantes do orçamento vigente codificados sob n.º:

18 – Secretaria Municipal de Educação - SME

01 – Gabinete do Secretário – SME

4.4.90.51.02 – Obras e Instalações

Sub-Elemento – Obras e Instalações

12.368.2041.2.222 – Desp. 861

08.01.12.368.2041.2.222.4.4.90.51.02.2000000

Fonte 02: Transferências e Convenios Estaduais

3. DA LEGISLAÇÃO

03.01. Este edital é regulamentado pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

04.01. Poderão participar desta licitação quaisquer empresas interessadas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

04.02. Estarão impedidos de participar da presente licitação:

04.02.01. Os interessados suspensos e/ou impedidos do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Municipal de São Carlos, conforme artigo 87, inciso III da Lei Nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei Nº 10.520/02, no prazo e nas condições do impedimento/suspensão;

04.02.02. Os interessados que tenham sido declarados inidôneos, com efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública (Municipal, Estadual e Federal), conforme artigo 87, inciso IV da Lei Nº 8.666/93, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade;

04.02.03. Os interessados que estiverem em regime de falência, dissolução, liquidação ou concurso de credores e não atenderem ao disposto no item 05.01.15.01. deste Edital;

04.02.04. Empresas em forma de consórcio;

04.02.05. Cooperativas, conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho nos autos do Inquérito Civil nº 000004.200 1.15.003/6-50;

04.02.06. Aquele que for servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

04.03. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física e jurídica;

II) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratados;

III) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; nos termos do artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

04.04. DAS COTAS RESERVADAS ÀS ME'S / EPP'S / COOPERATIVAS: Por não se tratar de aquisição de bens de natureza divisível, mas sim de serviços especializados de engenharia, não será reservada cota para contratação de ME/EPP/COOPERATIVA.

04.05. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços decorrentes desta licitação, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

04.06. Não serão aceitas propostas que não contiverem oferta para a totalidade do objeto desta licitação.

04.07. Verificação das condições de participação. Como condição prévia ao exame dos documentos contidos no ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA, a Comissão Permanente de Licitações verificará o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 4 deste Edital.

04.08. Serão consultados os seguintes cadastros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

04.08.01. Tribunal de Contas do Estado de São Paul - Relação de Apenados

1. Relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que sofreram penas em procedimentos licitatórios ou contratações de que participaram, nos órgãos indicados, nos termos das instruções vigentes;

2. Relação das pessoas físicas ou jurídicas que estão impedidas de contratar com a administração pública e/ou de receber benefícios ou incentivos fiscais, por determinação judicial.

<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/publicas/impedimento>

04.08.02. Corregedoria Geral da Administração do Governo do Estado de São Paulo - Sanções Administrativas

Impõem a pessoas físicas e jurídicas a proibição de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública do Estado de São Paulo.

<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>

04.08.03. Controladoria Geral da União do Governo Federal

Cadastro Nacional de Pessoas Inidôneas e Suspensas – CEIS

Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP

<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>

<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

04.08.04. Tribunal de Contas da União

<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:12943541728647::NO:3,4,6::>

04.08.05. Conselho Nacional de Justiça

http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

04.09.01. Constatada a ausência de condições de participação, a Comissão Permanente de Licitações considerará o licitante impedido de participar do certame.

5. DOS ENVELOPES

05.01. Os envelopes contendo os documentos referentes à Habilitação e Proposta, deverão estar fechados de modo inviolável, e deverão referir-se:

NOME, ENDEREÇO E CNPJ DO LICITANTE (informações obrigatórias)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

RUA EPISCOPAL, 1575 - CENTRO

SÃO CARLOS – SP – CEP 13560-570

PROCESSO Nº 8282/2022 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

– ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

ENCERRAMENTO: 09h00min do dia 20/12/2022

6. DA HABILITAÇÃO (Envelope N.º 01)

06.01. Para participar da Licitação os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

06.01.01. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

06.01.02. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

06.01.03. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

06.01.03.01. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

06.01.03.01.01. A certidão acima abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU, conforme portaria conjunta RFB / PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014.

06.01.03.02. Certidão Negativa de Débitos Estaduais do domicílio da licitante participante, inscritos em dívida ativa, obtida em SP no site www.dividaativa.pge.sp.gov.br, ou equivalente, de acordo com a legislação fiscal de cada Estado.

06.01.03.03. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pelo Município sede da empresa.

06.01.04. Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

06.01.05. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, devidamente registrado no conselho competente, conforme súmula 24 do TCE-SP, que comprove o desempenho técnico-operacional em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, sendo considerada parcela de maior relevância os cinco serviços mais relevantes em termos de valores no quadro de "CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL" com seus respectivos quantitativos orçados, bem como, os quantitativos de 50% (cinquenta por cento):



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

PRÉDIO: 694138 - TERRENO STA. ANGELINA / JARDIM IPANEMA

CINCO SERVIÇOS MAIS RELEVANTES

| | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | UNID. | QUANTIDADE | VALOR | 50% EXIGIDO |
|-----------|--|----------------|------------|--------------|-------------|
| 03.03.034 | ACO CA 50 (A OU B) FYK= 500 M PA | kg | 17.190,00 | 276.930,90 | 8.595,00 |
| 02.04.002 | LAJE PRE-FABRICADA PAINEL ALVEOLAR CONCRETO PROTENDIDO | m ² | 892,80 | 271.429,05 | 446,40 |
| 03.03.098 | FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ESTRUTURA PRE-MOLDADA DE | m ³ | 260,70 | 1.691.632,70 | 130,35 |
| 08.14.085 | ANEIS PRÉ MOLDADOS EM CONCRETO ARMADO P/ | m | 19,50 | 268.564,72 | 9,75 |
| 13.02.069 | PORCELANATO ESMALTADO | m ² | 1.760,90 | 361.681,52 | 880,45 |

COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBTENÇÃO DE AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB)

EM OBRAS SIMILARES

COMPARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SPDA COM ATERRAMENTO EM OBRAS SIMILARES

06.01.05.01. A comprovação por Atestados de Capacidade Técnico Operacional na ordem de 50% dos serviços mais relevantes em termos de valores, deverá ser atendida por meio de um único atestado ou por contratos com simultâneos períodos de execução, sem prejuízo de que um mesmo contrato atenda mais de uma parcela de serviços.

06.01.06. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome de profissional pertencente ao quadro da empresa, devidamente acervado no conselho competente, conforme súmula 23 do TCE-SP que comprove o desempenho técnico-operacional em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, sendo considerada parcela de maior relevância para este item execução dos serviços necessários para aço CA 50 (A ou B) FYK= 500 M PA, laje pré-fabricada painel alveolar concreto protendido, fornecimento e montagem de estrutura pré-moldada, anéis pré-moldados em concreto armado e porcelanato esmaltado.

06.01.06.01. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa vencedora da licitação poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

06.01.07. Declaração da empresa conforme modelo do Anexo II, constando as seguintes informações:

06.01.07.01. Que tem pleno conhecimento e concorda com os termos deste Edital e seus Anexos;

06.01.07.02. Que os preços propostos são completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os objetos licitados, constantes da proposta;

06.01.07.03. Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste certame;

06.01.07.04. Que tem ciência dos prazos de entrega estabelecidos no Edital.

06.01.07.05. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

06.01.07.06. Que não está impedida de licitar com o poder público por ter sido apenada com declaração de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontrem pendentes ou sem que tenha sido reabilitada perante a autoridade que aplicou a penalidade.

06.01.08. Termo de compromisso quanto à realização do serviço, conforme modelo constante no Anexo III.

06.01.09. Declaração firmada por representante da empresa, que possui pleno conhecimento do objeto deste Edital, ficando franqueada a execução de visita técnica, caso julgue necessária.

06.01.09.01. A visita técnica é facultativa e poderá ser agendada junto à Secretaria Municipal de Obras Públicas, pelo fone (16) 3374-1834, pelo representante da empresa credenciada.

06.01.09.02. Se declarada sua realização, o não atendimento à exigência de visto pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, na forma do descrito nos anexos IV e V, inabilita o licitante.

06.01.10. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

06.01.11. Registro ou inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho competente.

06.01.12. Comprovação de que a empresa licitante possui patrimônio líquido superior ou equivalente a R\$ 931.598,11 (Novecentos e trinta e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e onze centavos), correspondente a 10% do previsto esta licitação, conforme dados de seu Balanço Patrimonial.

06.01.13. Comprovante de que prestou a garantia de proposta a que alude o inciso III do art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada por legislações posteriores, no valor correspondente a R\$ 93.159,81 (Noventa e três mil, cento e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos), correspondente a 1% do valor desta licitação.

06.01.13.01. A garantia não poderá ter validade inferior a 60 (sessenta) dias, sendo tolerada sua emissão com até 10 dias de antecedência à data da licitação.

06.01.13.02. A garantia poderá ser feita em moeda corrente nacional, Seguro Garantia ou Carta de Fiança Bancária, pelo seu valor nominal, não onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade ou incomunicabilidade.

06.01.13.03. Quando a garantia for prestada na Tesouraria Municipal de São Carlos, deverá ser efetuada até a data da abertura.

06.01.13.04. Quando a garantia da proposta for feita em documento bancário ou similar e este não for honrado pelo banco, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

empresa licitante ficará suspensa de participar de licitações e impedida de contratar com o Município de São Carlos pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais sanções cíveis.

06.01.13.05. Quando a opção do licitante for por realizar a garantia em espécie, este deve efetuar depósito em conta bancária da Administração, conforme abaixo indicada, apresentando o comprovante do depósito na Seção de Licitações do Departamento de Procedimentos Licitatórios, no mesmo endereço e local de realização da sessão pública informado no Edital. O licitante será direcionado à Tesouraria da Administração, para obtenção da guia de recolhimento, que deve ser anexada aos demais documentos, dentro do envelope de habilitação.

CONTA CAUÇÃO: BANCO DO BRASIL

CNPJ: 45.358.249/0001-01

AGÊNCIA 0295-X

CONTA CORRENTE 25.328-6

06.01.13.06. Para as demais modalidades de garantia previstas, basta que o licitante inclua no envelope de documentos para habilitação uma cópia da apólice ou da carta fiança bancária.

06.01.13.07. A garantia será liberada, depois de decorridos 10 (dez) dias úteis de um dos seguintes eventos:

- decisão definitiva de inabilitação da concorrente;
- decisão definitiva da desclassificação da proposta da concorrente;
- adjudicação do objeto à empresa que apresentou a proposta vencedora.

06.01.14. Comprovação de que a licitante possui, de acordo com o seu balanço patrimonial, os seguintes índices mínimos, a serem calculados pela Comissão de Licitação:

- Liquidez Geral igual ou superior a 1,0;
- Liquidez Corrente igual ou superior a 1,0;
- Quociente de endividamento igual ou inferior a 0,5.

06.01.14.01. A liquidez geral será calculada pela soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo, dividido pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante: $(AC + RLP) / (PC + PNC)$

06.01.14.02. A liquidez corrente será calculada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante: $(AC) / (PC)$

06.01.14.03. O quociente de endividamento será calculado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante, dividido pelo ativo total: $(PC + PNC) / (AT)$

06.01.15. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da **sede** da pessoa jurídica, com data **não superior a 60 (sessenta)** dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

06.01.15.01. Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial ou ainda o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital

06.01.16. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, vedados sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde os mesmos foram transcritos, devidamente assinadas pelo contador responsável e por seus sócios, bem como os Termos de Abertura e Encerramento do Diário Geral Registrados na Junta Comercial do Estado ou no Cartório competente. As empresas que realizam escrituração digital via SPED contábil devem apresentar o Balanço Patrimonial e o Termo de Abertura e Encerramento do Diário Geral, bem como o recibo de entrega digital.

06.01.16.01. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, desobrigadas de manter escrituração contábil, bem como aquelas constituídas há menos de 12 meses deverão apresentar balanço simplificado ou balanço de abertura do último exercício social ou do período de sua constituição, devidamente assinado pelo proprietário e por contador competente, sem a formalidade de publicação ou registro, na forma da Resolução nº 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. O mesmo critério se aplica as microempresas, empresas de pequeno porte e outras que se enquadrem no artigo 3º do decreto nº 8.538 de 06/10/2015.

06.01.17. O Balanço patrimonial relativo ao item 06.01.16.01. deve conter, no mínimo, Termo de abertura e encerramento, as contas do ativo e do passivo, indicação do Patrimônio Líquido, o resultado do exercício (DRE) e eventuais notas explicativas.

06.01.18. Os anexos do TCE, em atendimento às Instruções nº 02/16 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme modelos contidos no Anexo XI deste edital deverão ser apresentados apenas pelo licitante vencedor, por ocasião da assinatura do Contrato.

06.01.19. Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, conforme Anexo XIII – Relação dos Contratos da Empresa em Execução e a Iniciar.

06.01.19.01. Deverão ser informados no Anexo XIII, apenas os compromissos assumidos posteriormente à data de apuração do balanço. **Não havendo compromissos assumidos, esta condição deve obrigatoriamente ser declarada pelo licitante.**

06.01.19.02. Fica assegurada ao licitante a possibilidade de demonstrar que os compromissos assumidos posteriormente à data de apuração do balanço patrimonial não reduziram o montante do patrimônio líquido, mediante apresentação de balancetes.

06.01.19.03. A diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira será apurada pela Comissão de Licitação pela seguinte fórmula:

$$C / 10 + (10\% \text{ DO VMFC}) \leq PLL$$

Onde:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

C = somatória dos valores dos contratos celebrados após a data de apuração do balanço, considerando-se apenas a porcentagem ainda a executar, conforme anexo XIV deste edital.

10% DO VMFC = 10% do valor máximo fixado para a contratação.

PLL = Patrimônio líquido da empresa licitante.

06.01.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

06.02. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a empresa seja vencedora, o contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

06.03. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado e de preferência, encadernados ou grampeados em ordem sequencial e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

06.03.01. Caso o(s) licitante(s) opte(m) por autenticar o(s) documento(s) na Administração, deverá(ão) dirigir-se à Divisão de Apoio a Procedimentos Licitatórios de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 8h às 13h, **em data e horário não concomitante com a realização da sessão pública.** A autenticação somente será realizada mediante cotejo da cópia apresentada com o documento original, desde que este esteja perfeitamente legível.

06.04. As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.

06.05. As empresas licitantes poderão designar representantes, na data da abertura dos envelopes, credenciados a praticar todo e qualquer ato referente à licitação e interposição de recursos contra o julgamento de habilitação e proposta, e no caso de se fazer representar por sócio da empresa, este deverá estar devidamente documentado.

7. DAS PROPOSTAS (ENVELOPE N.º 02)

07.01. As propostas, rubricadas e assinadas, deverão ser apresentadas em envelopes fechados, em uma via, datilografadas ou impressas, sem emendas ou rasuras principalmente no que tange a valores e números suscetíveis de gerar dúvidas quanto a sua autenticidade, e deverão constar:

a) Preço unitário e total da obra, com registro numérico e por extenso, observando os preços máximos unitários e global fixados pela Relatório Do Orçamento De Obras contida no Anexo IX.

b) As Licitantes deverão apresentar as Composições de Preços Unitários C.P.U.s de todos os itens constantes na planilha, indicando as referências utilizadas, por ex.: SINAPI, FDE, CPOS, cujas composições estão disponíveis nos sites das mesmas, ou outras como o TCPO-13, Volare, etc., bem como a taxa de Leis Sociais e Riscos do Trabalho a ser empregada sobre o custo de mão-de-obra operacional diretamente envolvida na execução dos serviços. Opcionalmente, a fim de facilitar e economizar papéis, as licitantes poderão optar por utilizarem os mesmos custos e referências da Planilha de Orçamento Básico, e alterarem apenas o B.D.I. para chegar no Preço Global Orçado, neste caso estarão dispensados da apresentação das C.P.U.s e da taxa de Leis Sociais e Riscos do Trabalho, mas deverão demonstrar a composição e exequidade do BDI informado.

“A NÃO INDICAÇÃO DESTAS INFORMAÇÕES DESCLASSIFICA A LICITANTE”.

As empresas poderão utilizar para a composição de preços unitários, quaisquer fontes supracitadas, porém deverão atender ao disposto no edital, ou seja, não ultrapassar os preços máximos fixados na Planilha de Orçamento Básico.

c) Prazo total em que o proponente prestará o serviço: 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data definida na ordem de início dos serviços, expedida pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais;

c.1) Prazo de contrato: 540 (quinhentos e quarenta) dias.

d) Cronograma físico-financeiro de execução da obra;

e) Prazo de início dos trabalhos: os trabalhos serão iniciados na data definida na ordem de início dos serviços, expedida pela Secretaria Municipal de Obras Públicas;

f) Validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data final de entrega dos envelopes;

g) A empresa licitante deverá indicar ainda o nome do banco, o número da agência e da conta corrente em seu nome, onde será efetuado o pagamento.

h) BDI máximo 23,00%;

07.02. Nos preços unitários propostos deverão estar incluídos os valores dos materiais; do fornecimento de mão de obra; dos veículos e equipamentos; dos encargos sociais e fiscais; das ferramentas, aparelhos, instrumentos e equipamentos; da segurança e vigilância; dos ônus diretos e indiretos; da administração; do lucro e de quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços, ressalvados os casos em que estiver explícito no memorial o fornecimento de material ou execução do serviço a cargo do CONTRATANTE.

07.03. Desconsiderar-se-á proposta via fax, e-mail ou entregue fora das condições estabelecidas.

07.04. Os preços unitários e totais deverão ser arredondados com, no máximo, duas casas decimais, e não poderão ultrapassar o(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) na Planilha de Orçamento Básico contida no Anexo IX.

07.05. Os preços propostos serão fixos e irredutíveis.

07.06. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

07.06.01. Cujo preço unitário ou global seja maior que o estimado para esta licitação.

07.06.01.01. Em licitações cujo critério de julgamento seja por lotes ou por valor global, quando nas propostas apresentadas pelo licitante vencedor um ou mais itens unitários de suas planilhas estiver acima do valor previsto no Edital, será permitida sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

adequação, desde que não ocorram alterações nos demais itens, garantindo à Administração o direito de contratar pelo menor valor global ou do lote.

07.06.02. Que não atenderem às exigências do Edital e/ou da legislação aplicável.

07.06.03. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

07.06.04. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital.

07.06.05. Que basearem seus preços nos dos outros concorrentes ou oferecem reduções sobre as propostas mais vantajosas.

8. DO VALOR MÁXIMO FIXADO PARA A CONTRATAÇÃO.

08.01. O valor máximo fixado para a contratação é de **R\$ 9.315.981,11 (Nove milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e oitenta e um reais e onze centavos).**

9. DO PROCEDIMENTO

09.01. No local indicado no preâmbulo a Comissão Permanente de Licitações, procederá ao exame das condições exigidas no Título V (Da Habilitação).

09.02. Após analisar os documentos das empresas licitantes, todas as páginas serão rubricadas pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes ao ato.

09.03. Na hipótese de ser designado outro dia para abertura dos envelopes contendo as propostas, serão eles rubricados pelos presentes, no seu fecho, de modo a garantir-lhes a inviolabilidade.

09.04. Será elaborada ata circunstanciada que será assinada pelos presentes à sessão.

09.05. Serão devolvidos pelo correio aos licitantes inabilitados, os envelopes fechados que contenham suas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

10. DA CLASSIFICAÇÃO E DO JULGAMENTO

10.01. A Comissão Permanente de Licitações procederá ao exame e classificação das propostas após a emissão do parecer da unidade interessada, registrando sua decisão em ata, indicando a de **MENOR PREÇO** oferecido pela(s) licitante(s).

10.02. Não será levada em conta, para efeito de julgamento, qualquer oferta ou vantagem não prevista neste edital.

10.03. Qualquer elemento apresentado na proposta que indique vantagem à licitante desclassificará a proposta.

10.04. Em caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, proceder-se-á sorteio em sessão pública a ser previamente designada, de acordo com § 2º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, atualizada por legislações posteriores.

11. DA GARANTIA NA CONTRATAÇÃO

11.01. Ficará o adjudicatário do objeto da licitação obrigado a apresentar antes da assinatura do contrato, garantia no valor de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, sob pena de aplicação de multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contidas no item XIV deste edital, salvo justificativa aceita pela Administração.

11.01.01. A garantia não poderá ter validade inferior à execução contratual.

11.01.02. A garantia poderá ser feita em **moeda corrente nacional, Seguro Garantia ou Carta de Fiança Bancária**, pelo seu valor nominal, não onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade ou incomunicabilidade.

11.01.03. Quando a garantia da proposta for feita em documento bancário ou similar e este não for honrado pelo banco, a empresa licitante ficará suspensa de participar de licitações e impedida de contratar com o Município de São Carlos pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais sanções cíveis.

11.02. A devolução da garantia ao CONTRATADO, quando cabível, dar-se-á após o integral cumprimento do contrato e a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, relativa à execução da obra objeto da presente licitação.

11.03. Quando a opção do licitante for por realizar a garantia em espécie, este deve efetuar depósito em conta bancária da Administração, conforme abaixo indicada, apresentando o comprovante do depósito na Seção de Licitações do Departamento de Procedimentos Licitatórios, no mesmo endereço e local de realização da sessão pública informado no Edital. O licitante será direcionado à Tesouraria da Administração, para obtenção da guia de recolhimento, que deve ter uma via devolvida à Seção de Licitações, para inserção no processo a ser remetido para contratação ou elaboração de Ata de Registro de Preços.

CONTA CAUÇÃO: BANCO DO BRASIL

CNPJ: 45.358.249/0001-01

AGÊNCIA 0295-X

CONTA CORRENTE 25.328-6

12. DO CONTRATO

12.01. A licitante declarada vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação, para assinatura do contrato, após o que, não comparecendo será considerada desclassificada e punida com multa de 20% (vinte por cento) do valor da proposta, sendo convocadas a seguir as demais, na mesma ordem de classificação.

12.01.01. A CONTRATADA deverá comparecer após convocação para assinatura, no mesmo prazo, de eventuais aditamentos contratuais, e ocorrendo atraso na assinatura destes, será punida com multa equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contidas no item XIV deste edital, salvo justificativa aceita pela Administração.

12.02. Este edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante do contrato.

13. DA RESCISÃO CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

13.01. O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente Contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78, incisos I a XII, e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 devidamente atualizada.

13.02. Nas hipóteses em que a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá a CONTRATADA ser ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, conforme o artigo 79, § 2º da mesma lei.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.01. O recebimento do objeto da licitação pela licitante se dará:

a) Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.

b) Definitivamente: Pelo Secretário Municipal de Obras Públicas, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que fica fixado em 30 (trinta) dias do recebimento provisório, ou da vistoria que comprove estar o objeto do contrato em conformidade com os termos contratuais.

14.02. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional pela execução do contrato.

14.03. O CONTRATANTE poderá receber desde que lhe convenha e também resguardados os seus interesses, serviços executados em desacordo com o contrato, porém com abatimento de preço que couber.

15. DAS PENALIDADES

15.01. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do CONTRATANTE, das seguintes sanções, independentemente do cancelamento da nota de empenho e da rescisão contratual:

a) Advertência;

b) Multas, na forma do subitem **14.02**;

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação do CONTRATANTE e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

15.02. A contratada estará sujeita às seguintes multas:

15.02.01. Por dia de atraso no andamento da obra, em relação ao cronograma: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

15.02.02. Por abandono da obra por período superior a três dias úteis: multa no valor equivalente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, por ocorrência;

15.02.03. Por dia de atraso no depósito da garantia de que trata o subitem 10.01 deste edital: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

15.02.04. Por dia de atraso no comparecimento para assinatura de eventual termo aditivo: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

15.02.05. Pelo descumprimento de outras obrigações legais e contratuais, regularmente apuradas: multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

15.03. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa.

15.04. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

15.05. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada, do valor devido à CONTRATADA, cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do CONTRATANTE.

15.06. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.

15.07. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

15.08. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.01. Os pagamentos serão efetuados mediante medições mensais a serem executadas ao longo da execução da obra, compatíveis com o cronograma físico-financeiro, devendo a empresa fornecer uma nota fiscal correspondente aos valores das medições.

16.01.01. Para liberação do pagamento das notas fiscais, a contratada deverá anexar cópias autenticadas da folha de pagamento e das guias de recolhimento dos encargos sociais, que deverão ser emitidos especificamente para a execução da obra, objeto da presente licitação.

16.02. Os pagamentos decorrentes dos serviços executados serão efetuados em até 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal com as medições devidamente atestadas pela Secretaria Municipal de Obras Públicas.

16.03. Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número desta licitação e do contrato, obrigatoriamente.

16.04. A medição será executada juntamente com a Secretaria Municipal de Obras Públicas.

17. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.01. Caberá impugnação da presente CONCORRÊNCIA PÚBLICA, nos termos do artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

por legislações posteriores.

17.02. Os recursos administrativos contra atos da Comissão Permanente de Licitações poderão ser interpostos nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

17.03. As impugnações e os recursos deverão ser protocolados perante a Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Episcopal, nº 1575, 3º andar, Centro, CEP. 13.560-905, no horário de expediente normal, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 8h00min às 12h00min e das 14h00 às 18h00.

17.04. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.05. Havendo recurso, a Comissão Permanente de Licitações apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade máxima competente, o Prefeito Municipal, a decisão em grau final.

17.06. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação na imprensa oficial.

17.07. Não serão conhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.01. A licitante CONTRATADA deverá cumprir os direitos trabalhistas previstos na legislação vigente, pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto do Edital, sob pena de suspensão temporária do direito de contratar com o Município, bem como, a retenção dos pagamentos devidos, caso esteja em situação de mora salarial, conforme Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado entre a CONTRATANTE e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do Inquérito nº 000647.2013.15.003/7-51.

18.02. Fica estabelecido que a simples apresentação da proposta pelo licitante implicará na aceitação incondicional de todos os itens do presente edital, não aceitando a Comissão Permanente de Licitações qualquer justificativa para o não cumprimento do mesmo.

18.03. A Prefeitura Municipal de São Carlos poderá rejeitar as propostas em caso de não preenchimento correto das condições e especificações constantes nesse edital.

18.04. Poderá o presente certame ser revogado, anulado ou realizada a contratação do objeto licitado no todo ou em parte, nas hipóteses previstas no art. 49 da Lei 8.666/93 alterações posteriores.

18.05. Na contagem de prazos, excluir-se-á o dia de início e computar-se-á o de vencimento salvo se neste dia não houver expediente, caso em que se prorrogará até o dia útil subsequente.

18.06. As dúvidas, informações, esclarecimentos e os questionamentos elaborados pelas empresas participantes do presente certame e os casos omissos serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitações, situada no endereço constante do preâmbulo deste Edital, com base nas disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

18.07. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO III – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO OU VISITA TÉCNICA

ANEXO V – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE;

ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO VII – PROJETOS / DESENHOS (portal PMSC);

ANEXO VIII – RELATÓRIO DO ORÇAMENTO DE OBRAS (portal PMSC);

ANEXO IX – PLANILHA PROPOSTA (portal PMSC);

ANEXO X – ANEXOS DO TCE (INSTRUÇÃO Nº 01/2020);

ANEXO XI – MINUTA DE ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS;

ANEXO XII – RELAÇÃO DOS CONTRATOS DA EMPRESA EM EXECUÇÃO E A INICIAR.

Obs.: Os anexos de VII a IX serão disponibilizados aos interessados por meio de arquivos eletrônicos, no sítio eletrônico da Administração, em mídia CD ou por e-mail.

18.08. Fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, para dirimir litígios resultantes deste Edital.

18.09. O presente Edital poderá ser consultado na Sala de Licitações, localizada na Rua Episcopal, nº1575, Centro, São Carlos/SP, de segunda a sexta-feira, das 8h00min às 16h30min, obtido no site desta Administração

<http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao/exibe-licitacoes.php?dados=Concurrencia%20Publica@2022@saocarlos.sp.gov.br>

ou ainda solicitado por e-mail pelo endereço licitacao@saocarlos.sp.gov.br

18.10. Para conhecimento do público, expede-se o presente edital.

São Carlos, 18 de novembro de 2022

Mario Luiz Duarte Antunes
Secretário Municipal de Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO CONTRATO Nº 04/2022

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de São Carlos – SP, à Rua Episcopal, n.º 1.575, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 45.358.249/0001-01, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Airton Garcia Ferreira, brasileiro, casado, portador do RG n.º XX.XXX.XXX-X e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXX – São Carlos/SP, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida à XXXXXXXX, n.º XXX, na cidade de XXXXXX/XX, inscrito no CNPJ sob N.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXX, XXXXXXXX, portador do RG n.º XX.XXX.XXX-X e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente nesta cidade de XXXXXXXX/XX, à XXXXXXXX, n.º XXX, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente contrato, que será regido pela Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, pelo Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022 e pelas cláusulas e condições abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.01. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR NO BAIRRO JARDIM IPANEMA PELO PROGRAMA PAINSP DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** no município de São Carlos, nos termos dos Anexos VII a XII, da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 04/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

02.01. As condições para a execução do objeto do presente encontram-se descritas no edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022 e seus anexos, referente ao Processo Administrativo nº 8282/2022, em consonância com a proposta da CONTRATADA, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

03.01. O valor do presente importa em R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

04.01. O presente contrato entra em vigor na data definida na ordem de início dos serviços, expedida pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, estendendo-se pelo período de 540 (quinhentos e quarenta) dias, prorrogável nas hipóteses legais por intermédio de Termo Aditivo.

04.01.01. O prazo para execução da obra é de 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme definição no Cronograma Físico-Financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

05.01. Os recursos financeiros para atendimento das despesas oriundas do presente encontram-se especificadas na dotação orçamentária codificada sob o nº

18 – Secretaria Municipal de Educação - SME

01 – Gabinete do Secretário – SME

4.4.90.51.02 – Obras e Instalações

Sub-Elemento – Obras e Instalações

12.368.2041.2.222 – Desp. 861

08.01.12.368.2041.2.222.4.4.90.51.02.2000000

Fonte 02: Transferências e Convenios Estaduais

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

06.01. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do CONTRATANTE, das seguintes sanções, independentemente do cancelamento da nota de empenho e da rescisão contratual:

a) Advertência;

b) Multas, na forma da subcláusula **06.02**;

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação do CONTRATANTE e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

06.02. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

06.02.01. Por dia de atraso no andamento da obra, em relação ao cronograma: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

06.02.02. Por abandono da obra por período superior a três dias úteis: multa no valor equivalente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, por ocorrência;

06.02.03. Por dia de atraso no depósito da garantia de que trata a cláusula 15 deste contrato, na hipótese de eventuais termos aditivos: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

06.02.04. Por dia de atraso no comparecimento para assinatura de eventual termo aditivo: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

06.02.05. Pelo descumprimento de outras obrigações legais e contratuais, regularmente apuradas: multa de até 20% (vinte por cento)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

do valor total do contrato.

06.03. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa.

06.04. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

06.05. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada, do valor devido à CONTRATADA, cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do CONTRATANTE.

06.06. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.

06.07. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

06.08. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a CONTRATADA terá seu cadastro cancelado por igual período.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO

07.01. Este contrato é regulamentado pela Lei Federal nº 8.666/93, atualizada por legislações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

08.01. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

09.01. O recebimento do objeto da contratação se dará:

a) Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.

b) Definitivamente: Pelo Secretário Municipal de Obras Públicas, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que fica fixado em 30 (trinta) dias do recebimento provisório, ou da vistoria que comprove estar o objeto do contrato em conformidade com os termos contratuais.

09.02. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional pela execução do contrato.

09.03. O CONTRATANTE poderá receber desde que lhe convenha e também resguardados os seus interesses, serviços executados em desacordo com o contrato, porém com abatimento de preço que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.01. Os pagamentos serão efetuados mediante medições mensais a serem executadas ao longo da execução da obra, compatíveis com o cronograma físico-financeiro, devendo a empresa fornecer uma nota fiscal correspondente aos valores das medições.

10.01.01. Para liberação do pagamento das notas fiscais, a contratada deverá anexar cópias autenticadas da folha de pagamento e das guias de recolhimento dos encargos sociais, que deverão ser emitidos especificamente para a execução da obra, objeto da presente contratação.

10.02. Os pagamentos decorrentes dos serviços executados serão efetuados em até 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal com as medições devidamente atestadas pela Secretaria Municipal de Obras Públicas.

10.03. A medição será executada juntamente com a Secretaria Municipal de Obras Públicas.

10.04. Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número da licitação e deste contrato, obrigatoriamente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.01. O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente Contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78, incisos I a XII, e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 devidamente atualizada.

11.02. Nas hipóteses em que a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá a CONTRATADA ser ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, conforme o artigo 79, § 2º da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.01. Constituem direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

12.01.01. Responder pelos serviços que fornecer, na forma da Lei.

12.01.02. Atender às ordens de serviço no prazo proposto, de acordo com as normas de serviço e disposições legais aplicáveis.

12.01.03. Prestar, sem ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas verificadas.

12.01.04. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.01.05. Empregar na execução da obra materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e do projeto e que sejam aprovados pelo CONTRATANTE antes de sua utilização.

12.01.05.01. Na ocorrência devidamente comprovada da impossibilidade de se adquirir e empregar um material especificado deverá ser solicitado a sua substituição, a juízo do CONTRATANTE que analisará sua qualidade, resistência, aspecto e preço.

12.01.06. Realizar qualquer demolição exigida pelo CONTRATANTE dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

exigência, correndo por sua exclusiva conta as despesas decorrentes das referidas demolições e re-execução dos trabalhos, sem que isto implique em um aumento de prazo de execução.

12.01.07 Retirar e substituir qualquer material impugnado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação.

12.01.08 Responsabilizar-se pela mão de obra a ser empregada na execução dos trabalhos, devendo, ainda, ser de primeira qualidade, de modo a se observar acabamentos esmerados e de inteiro acordo com o projeto.

12.01.09 Manter no local dos trabalhos, pelo menos 01 (um) engenheiro, dando assistência diária ao seu pessoal durante a execução do serviço.

12.01.09.01. O engenheiro responsável pela execução, deverá ter autoridade para atuar em nome da CONTRATADA e receber as instruções e decisões do CONTRATANTE, e será mantido na obra.

12.01.09.02. A eventual substituição do engenheiro responsável deverá ser comunicada com devida antecedência o CONTRATANTE e depende de concordância daquela.

12.01.10. Fornecer a qualquer momento, a pedido do CONTRATANTE, todas as informações relativas à execução dos trabalhos, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

12.01.11. Fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado e, contratar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, empregados e engenheiros que possam assegurar o progresso satisfatório dos trabalhos.

12.01.12. Responsabilizar-se pelas instalações provisórias, inclusive o estabelecimento e manutenção dos meios de transporte horizontais e verticais para atender às necessidades dos serviços, bem como as de outros contratados, na forma contratual.

12.01.13. Fornecer, em tempo hábil, os materiais, em decorrência do que não poderá a mesma solicitar prorrogações de prazo e nem justificar retardamento na conclusão dos trabalhos pelo fornecimento deficiente de materiais.

12.01.14. Manter em bom estado a sinalização do local da obra conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro, previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito.

12.01.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais e ambientais que venham a ocorrer em virtude dos serviços realizados, bem como assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à licitante ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando o poder público CONTRATANTE de qualquer responsabilização.

12.01.16. Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes de acidente do trabalho ocorridos na execução dos serviços contratados; do uso indevido de patentes registradas; as resultantes de caso fortuito e por qualquer causa; pela destruição ou danificação do serviço em execução, até a definitiva aceitação do mesmo pelo CONTRATANTE; pelas indenizações que possam vir a serem devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública; pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais decorrentes da execução da obra; pelo seguro de acidentes de seus operários ou empregados, e ainda pela quitação das exigências municipais, estaduais ou federais.

12.01.17. Responsabilizar-se por qualquer pertence de sua propriedade colocados nos próprios canteiros onde serão executados os serviços.

12.01.18. Observar a legislação que determina obrigações no campo de segurança, higiene e medicina do trabalho.

12.01.19. Responsabilizar-se quanto ao uso obrigatório e correto, pelos operários, dos equipamentos de proteção individual, de acordo com as Normas dos Serviços de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

12.01.20. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da CONTRATADA, referentes ao objeto deste contrato, para os servidores da União, do CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.

12.01.21. Fornecer placa de identificação da obra, seguindo orientações do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

13.01. Constituem direitos do CONTRATANTE:

13.01.01. Fazer alterações no projeto que impliquem na redução ou aumento do volume dos serviços, baseando-se, para tanto, na relação dos preços unitários básicos e em quantidades levantadas pela fiscalização que poderão resultar até um total de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual da obra.

13.01.02. Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços mediante pagamento único exclusivo dos trabalhos já executados, e a aquisição por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local da obra e a ela destinados nas hipóteses autorizadas por lei.

13.02. Constituem responsabilidades do CONTRATANTE:

13.02.01. Efetuar os pagamentos conforme estabelecido na cláusula décima;

13.02.02. Manifestar-se por escrito sobre relatórios e demais elementos fornecidos pela CONTRATADA, bem como solicitar da mesma forma as providências complementares que julgar necessárias à correção e revisão dos serviços;

13.02.03. Indicar um responsável para o acompanhamento dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.01. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

15.01 A **CONTRATADA** apresentou, na data de XX de XXXXXX de XXXX, comprovação de garantia, na modalidade XXXXXXXX, no valor de R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXX), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para a garantia do perfeito cumprimento do presente.

15.02. A garantia prestada perdurará durante toda a contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

15.03. A garantia prestada poderá ser substituída mediante requerimento da **CONTRATADA**, respeitadas as modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

15.04. A devolução da garantia à **CONTRATADA** dar-se-á após o integral cumprimento do contrato e a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, relativa à execução das obras, objeto deste contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.01. Fica a **CONTRATADA** obrigada a cumprir os direitos trabalhistas previstos na legislação em vigor, pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto do presente contrato, sob pena de suspensão temporária do direito de contratar com o Município, bem como, a retenção dos pagamentos devidos, caso esteja em situação de mora salarial, nos termos do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a **CONTRATANTE** e o Ministério Público do Trabalho (Inquérito nº 000647.2013.15.003/7-51).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.01. Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos para dirimirem-se eventuais controvérsias oriundas deste contrato, em detrimento de outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e acordadas, assinam o Contrato as partes através de seus representantes já qualificados no Preâmbulo, na presença das três testemunhas abaixo arroladas, em 3 (três) vias de igual teor e efeito.

São Carlos, ____ de _____ de 2022

CONTRATANTE: CONTRATADA: TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR NO BAIRRO JARDIM IPANEMA PELO PROGRAMA PAINSP DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.

A Empresa (indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, telefone e endereço eletrônico - e-mail, para contato, número da conta corrente bancária, agência e banco, sendo que os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação) **DECLARA:**

- 1) Que tem pleno conhecimento e concorda com os termos deste Edital e seus Anexos;
- 2) Que os preços propostos são completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os objetos licitados, constantes da proposta;
- 3) Que o prazo de validade da proposta é de 60 (noventa) dias, a contar da abertura deste certame;
- 4) Que tem ciência dos prazos de entrega estabelecidos no Edital.
- 5) Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 6) Que não está impedida de licitar com o poder público por ter sido apenas declarada de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontrem pendentes ou sem que tenha sido reabilitada perante a autoridade que aplicou a penalidade.

Por ser expressão da verdade.

Cidade _____, aos _____ de _____ de 2022

Assinatura do responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO III - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR NO BAIRRO JARDIM IPANEMA PELO PROGRAMA PAINSP DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXX, Nº XXX, na cidade de XXXXXXXX-XX, neste ato representada pelo Sr(a). XXXXXXXXX, profissão, portador do RG Nº XX.XXX.XXX-XX e do CPF Nº XXX.XXX.XXX-XX, **assume** sob as penalidades cabíveis, o presente Termo de Compromisso para prestar o serviço objeto do certame em epígrafe.

Por ser expressão da verdade.

Cidade _____, aos _____ de _____ de 2022

Assinatura do responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

São Carlos, ____ de _____ de 2022

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022**

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO OU VISITA TÉCNICA

(EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, e inscrição estadual XXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO), neste ato representada por (NOME), profissão, portador do RG nº XX.XXX.XXX-X, e inscrito no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, vem em atenção ao edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 04/2022, declarar que:

() possui pleno conhecimento do objeto ao licitado e que não constatou erros, omissões ou discrepância com relação as peças que compõem o edital.

ou

() efetuou prévia visita ao local onde será realizada a obra e que não constatou erros, omissões ou discrepância com relação as peças que compõem o edital.

Atenciosamente,

REPRESENTANTE DA EMPRESA CREDENCIADO

OBS: A visita técnica é opcional, mas se for realizada, este documento deve ser vistado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas e inserido junto à documentação de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO V – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE

São Carlos, XX de XXXXXXX de 2022

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022**

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, fica credenciado o/a Sr. (a) (NOME), portador do RG nº XX.XXX.XXX-X, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, para representar a empresa (EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, na visita técnica referente à CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 04/2022 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS.

Atenciosamente,

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

OBS: A visita técnica é opcional, mas se for realizada, este documento deve ser preenchido e apresentado na Secretaria Municipal de Obras Públicas, vistado e entregue junto com os demais documentos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente termo tem por objeto a construção de prédio escolar: Rua Francisco de Assis Pereira, 9999, Jardim Ipanema – São Carlos / SP.

2. OBJETIVO

Construção de prédio escolar conforme projeto básico.

3. JUSTIFICATIVA

Visando a expansão da rede estadual e objetivando o atendimento à demanda escolar, com surgimento de novas ocupações e conjunto habitacionais, faz-se necessário a construção de prédios escolares próximos a residência dos alunos, e para garantir o acesso às escolas em todo o Estado, é necessário que haja investimento contínuo para expansão da rede física estadual, para tanto entendemos que a melhor ferramenta é a celebração deste convênio nº SEDUC- PRC - 2021/0215 - DM.

4. DAS COTAS RESERVADAS ÀS ME'S / EPP'S / COOPERATIVAS

Por não se tratar de aquisição de bens de natureza divisível, mas sim de serviços especializados de engenharia, não será reservada cota para contratação de ME/EPP/COOPERATIVA

5. MEMORIAL DESCRITIVO

| | |
|--|---|
| OBRA: | Terreno Sta. Angelina / Jardim Ipanema - São Carlos / SP |
| Endereço | Rua Francisco de Assis Pereira, 9999 |
| Bairro / Distrito | Jardim Ipanema |
| Diretoria de Ensino | São Carlos |
| Processo de Intervenção | 2009/10331 |
| Código do Imóvel | 694138 |
| Área total construída | 2.689,08m ² |
| SISTEMA ESTRUTURAL | - PRÉ FABRICADO DE CONCRETO |
| LAJE | - PRÉ-FABRICADA EM PAINEL ALVEOLAR PROTENDIDO |
| COBERTURA | - ESTRUTURA METÁLICA |
| | - TELHA SANDUÍCHE METÁLICA |
| | - TELHA DE POLIESTER |
| | - BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO e=20cm |
| ALVENARIA | |
| REVESTIMENTOS PAREDES INTERNAS | |
| - áreas molhadas: CERÂMICA | |
| - áreas secas entre salas: GESSO | |
| - demais áreas: CHAPISCO E EMBOÇO | |
| REVESTIMENTOS EXTERNOS - alvenarias: CHAPISCO E EMBOÇO ou CONCRETO APARENTE | |
| PISOS INTERNOS | - PORCELANATO ESMALTADO |
| PISOS EXTERNOS E QUADRA | - CONCRETO ARMADO |
| ESQUADRIAS | - FERRO COM VIDRO TRANSPARENTE |
| PORTAS INTERNAS | - MADEIRA e FERRO |
| PORTAS EXTERNAS | - FERRO |
| FORRO | - MINERAL ACÚSTICO (ambientes pedagógicos e administrativos) |
| | - PINTURA LÁTEX SOBRE LAJE |
| BRISES | - CHAPAS PERFURADAS METÁLICAS |
| PINTURA INTERNA | - ESMALTE À BASE DE ÁGUA |
| PINTURA EXTERNA | - LÁTEX |

A OBRA ATENDERÁ:

Legislação

- Normas Técnicas Brasileiras
- Catálogos Técnicos de Especificações para a Construção Escolar da FDE
- Normas de Apresentação de Projetos da FDE
- Acessibilidade, conforme NBR-9050
- Sistema de Segurança contra Incêndio
- Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)
- Instalações em conformidade à NBR-5410
- Instalações em conformidade à IT-41
- Nova entrada de energia
- Sistema de aproveitamento de águas pluviais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

- Reservatório de água potável
- Drenagem
- Projeto de layout
- Projeto do caminhamento para rede de lógica
- Projeto de rede de telefonia

Todas as especificações de projeto seguem os catálogos de serviços e componentes da FDE, que podem ser acessados pelo link abaixo: <http://catalogotecnico.fde.sp.gov.br/meusite/index.html>

6. PRAZO DE EXECUÇÃO Estimativo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato e/ou ordem de início.

7. CRONOGRAMA

| Orçamento | | Nome Prédio | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|--|---|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|--------------|------------|------------|--------------|-------|
| PI | Prédio | TERRENO SANTA ANGELINA / JARDIM IPANEMA | | | | | | | | | | | | | |
| | | 1% | 2% | 3% | 7% | 9% | 10% | 15% | 21% | 16% | 9% | 5% | 2% | AT/ET/TT (%) | |
| Código Etapa | Descrição Etapa | Valor Orçado | 1º MÊS | 2º MÊS | 3º MÊS | 4º MÊS | 5º MÊS | 6º MÊS | 7º MÊS | 8º MÊS | 9º MÊS | 10º MÊS | 11º MÊS | 12º MÊS | |
| 01.00.000 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 99.840,33 | | | | | | | | | | | | | 1,07 |
| 02.00.000 | INFRA ESTRUTURA | 977.966,49 | | | | | | | | | | | | | 10,50 |
| 03.00.000 | SUPER ESTRUTURA | 2.688.896,88 | | | | | | | | | | | | | 28,65 |
| 04.00.000 | ALVENARIA E OUTROS ELEMENTOS DIVISÓRIOS | 235.774,50 | | | | | | | | | | | | | 2,53 |
| 05.00.000 | ELEMENTOS DE MADEIRA/COMPONENTES ESPECIAIS | 209.534,09 | | | | | | | | | | | | | 2,25 |
| 06.00.000 | ELEMENTOS METÁLICOS/COMPONENTES ESPECIAIS | 1.043.813,88 | | | | | | | | | | | | | 11,20 |
| 07.00.000 | COBERTURA | 509.198,86 | | | | | | | | | | | | | 5,47 |
| 08.00.000 | INSTALACOES HIDRAULICAS | 849.296,03 | | | | | | | | | | | | | 9,12 |
| 09.00.000 | INSTALACOES ELETRICAS | 438.295,98 | | | | | | | | | | | | | 4,70 |
| 10.00.000 | FORRO | 111.603,33 | | | | | | | | | | | | | 1,20 |
| 11.00.000 | IMPERMEABILIZACOES / JUNTAS DE DILATAÇÃO | 48.603,51 | | | | | | | | | | | | | 0,52 |
| 12.00.000 | REVESTIMENTOS: TETO E PAREDE | 223.181,57 | | | | | | | | | | | | | 2,40 |
| 13.00.000 | PISOS INTERNOS / RODAPES / PEITORIS | 626.088,54 | | | | | | | | | | | | | 6,72 |
| 14.00.000 | VIDROS | 43.330,99 | | | | | | | | | | | | | 0,47 |
| 15.00.000 | PINTURA | 182.013,78 | | | | | | | | | | | | | 1,95 |
| 16.00.000 | SERVICOS COMPLEMENTARES | 1.048.534,59 | | | | | | | | | | | | | 11,26 |
| VALOR TOTAL ITEM DE CONTRATO | | 9.315.981,11 | 93.159,81 | 186.319,62 | 279.479,43 | 652.118,06 | 838.438,30 | 931.598,11 | 1.397.397,17 | 1.956.356,03 | 1.490.550,98 | 838.438,30 | 165.799,06 | 186.319,62 | |

8. PROJETO EXECUTIVO

Construção de prédio escolar conforme Projeto Executivo de: de Arquitetura, Elétrica, Estrutura Geotécnica, Estrutura Metálica, Estrutura, Hidráulica, Incêndio, Sondagem e Topografia.

Execução de serviços do Sistema de Combate a Incêndio com obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, conforme projeto.

Execução de serviços de acessibilidade, conforme projeto.

A descrição dos serviços e métodos de execução encontram-se disponíveis nas Fichas Técnicas no Catálogo de Serviços das Especificações da Edificação Escolar, no Catálogo de Componentes das Especificações da Edificação Escolar no site do FDE <http://www.fde.sp.gov.br/>.

9. LOCAL DE EXECUÇÃO

CÓDIGO: 694138

ESTABELECIMENTO: TERRENO STA. ANGELINA / JD. IPANEMA

MUNICÍPIO: SÃO CARLOS

ENDEREÇO: RUA FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA, 9999, JARDIM IPANEMA

10. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto da presente licitação serão prestados nos locais indicados no item 5 deste termo, correndo por conta da CONTRATADA as despesas relativas a salário, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, despesas financeiras, e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto decorrentes da execução dos serviços a serem contratados, inclusive gastos com transporte.

11. MEDIÇÕES

1 – A primeira medição corresponderá aos serviços executados no período compreendido entre a data autorizada para início dos serviços na primeira Ordem de Início de Serviço (OIS) e o último dia do respectivo mês;

2 – As demais medições corresponderão aos serviços executados do primeiro dia ao último dia do mês seguinte e assim sucessivamente até o término dos trabalhos.

As medições devem ser apresentadas mensalmente pela contratada com antecedência de 5 (cinco) dias do último dia do mês com os seguintes elementos:

I – Memória de cálculo contemplando os quantitativos dos serviços executados do mês de referência;

II – Declaração, sob as penas da lei, afirmando que os produtos e subprodutos de madeira utilizados na obra são, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos de origem nativa.

12. DA COMPOSIÇÃO BDI e TAXA DE LEIS SOCIAIS/LEI DO TRABALHO

Será utilizada a “Nota Técnica FDE 001/2019 – Composição BDI e Taxa de Leis Sociais / Risco do Trabalho”, instituída pela Portaria n.º 166/19. Esta Nota Técnica determina a taxa do BDI e Leis Sociais/Riscos do Trabalho a ser aplicada nos orçamentos elaborados pela FDE e tem como objetivo definir um parâmetro técnico para a taxa do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas),



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

bem como estabelecer a taxa de Leis Sociais e Riscos do Trabalho a ser aplicada sobre os custos diretos dos serviços orçados, em consonância com a legislação vigente.

13. PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as medições, correspondentes às etapas concluídas do cronograma físico financeiro da obra, nos termos desta cláusula. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

– Quando da celebração do contrato, a Contratada deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

1.1 – Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

- O Contratante, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor via nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança

equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da Contratada no prazo previsto na legislação municipal.

- Para tanto, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “Retenção para o ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de

cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a e/e correspondente, sem nenhuma dedução.

1.2 – Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

- A Contratada deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

- Mensalmente, a Contratada deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN correspondente ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

- Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referente ao mês imediatamente anterior, devendo a Contratada apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

- A não apresentação dessas comprovações assegura ao Contratante o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

1) O primeiro pagamento não poderá se referir apenas à instalação da obra, devendo necessariamente corresponder também a execução efetiva de serviços previstos no Projeto Básico. O primeiro pagamento ficará condicionado ao cumprimento pela Contratada das seguintes providências, sob sua única e inteira responsabilidade:

2.1 - Apresentação de comprovante de inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável;

2.2 - Entrega de via devidamente preenchida da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, junto ao CREA, ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, junto ao CAU, conforme o caso, na qual deverá constar a referência expressa ao número deste contrato, seu objeto e o número do processo administrativo;

2.3 - Colocação de placas;

2.4 - Comunicação do início das obras à Delegacia Regional do Trabalho competente;

2.5 - Apresentação do comprovante de pagamento dos seguros que houverem sido exigidos no contrato, vencidos até então.

2) Os pagamentos serão realizados mediante depósito em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil em até 30 (trinta) dias, observado o seguinte procedimento:

3.1 - A Contratada entregará os relatórios de medição ao Contratante em até dois dias úteis após a sua realização;

3.2 - O Contratante deverá aprovar os valores medidos para fins de emissão da fatura pela Contratada, comunicando-a por escrito da aprovação em até cinco dias úteis contados a partir do recebimento da medição;

3.3 - A Contratada apresentará a fatura no dia útil seguinte à aprovação da medição correspondente pelo Contratante. A entrega da fatura será o termo inicial do prazo de pagamento.

3.4 - A não aprovação dos valores pelo Contratante deverá ser comunicada à Contratada no prazo de três dias úteis, acompanhado da justificativa correspondente.

3.5 - As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para retificação, contando-se o prazo de pagamento a partir da data de reapresentação das faturas corrigidas ao Contratante. A devolução das faturas em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a execução do contrato;

3.6 - Eventuais atrasos no cumprimento dos prazos fixados neste parágrafo ensejarão a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos verificados.

4) Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento

desta condição poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

5) O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

6) A realização de pagamentos não isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará aprovação definitiva dos serviços por ela executados.

7) Para os pagamentos, além da execução dos serviços registrados pelas medições, é necessário que a Contratada tenha cumprido todas as exigências contratuais relativas a pagamentos e atendido às exigências da fiscalização, sem o que as faturas não serão aceitas.

8)

14. CAPACIDADE TÉCNICA

Com base no Art. 30 da Lei Federal nº 8.666/1993, fica estipulada a obrigatoriedade, por parte do Fornecedor, de apresentação de Comprovações de Capacitação Técnica, de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com as atividades de serviços especializados de engenharia, previstos no orçamento, os quais são identificados, como os cinco serviços mais relevantes em termos de valores, no quadro de "CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL" com seus respectivos quantitativos orçados, bem como, os quantitativos de 50% (cinquenta) exigidos através de Atestados de Capacidade Técnica Operacional, que demonstrem a expertise e garantia de execução dos serviços ora em Licitação.

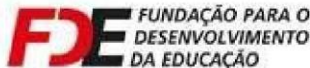
Os atestados devem ser emitidos por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprovem a execução dos serviços pertinentes aos cinco serviços mais relevantes.

Os Atestados de Capacidade Técnico Operacional, caso não tenham sido emitidos pela FDE, deverão ser acompanhados de registro expedido pela entidade profissional competente.

A comprovação por Atestados de Capacidade Técnico Operacional na ordem de 50% dos serviços mais relevantes em termos de valores, deverá ser atendida por meio de um único atestado ou por contratos com simultâneos períodos de execução, sem prejuízo de que um mesmo contrato atenda mais de uma parcela de serviços.

O profissional responsável pelo acompanhamento, fiscalização e gestão da obra será: Supervisor: Eng. Mário Henrique Dias Pelissari

Gerenciadora: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS



| CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL | | | | | |
|--|--|----------------|------------|--------------|-------------|
| PRÉDIO: 694138 - TERRENO STA. ANGELINA / JARDIM IPANEMA | | | | | |
| CINCO SERVIÇOS MAIS RELEVANTES | | | | | |
| | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | UNID. | QUANTIDADE | VALOR | 50% EXIGIDO |
| 03.03.034 | ACO CA 50 (A OU B) FYK= 500 M PA | kg | 17.190,00 | 276.930,90 | 8.595,00 |
| 02.04.002 | LAJE PRE-FABRICADA PAINEL ALVEOLAR CONCRETO PROTENDIDO | m ² | 892,80 | 271.429,05 | 446,40 |
| 03.03.098 | FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ESTRUTURA PRE-MOLDADA DE | m ³ | 260,70 | 1.691.632,70 | 130,35 |
| 08.14.085 | ANEIS PRÉ MOLDADOS EM CONCRETO ARMADO P/ | m | 19,50 | 268.564,72 | 9,75 |
| 13.02.069 | PORCELANATO ESMALTADO | m ² | 1.760,90 | 361.681,52 | 880,45 |
| COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBTENÇÃO DE AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB) | | | | | |
| EM OBRAS SIMILARES | | | | | |
| COMPARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SPDA COM ATERRAMENTO EM OBRAS SIMILARES | | | | | |

15. MEMORIAL DESCRITIVO

MÓDULO DE VERBA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia



694138 - TERRENO STA. ANGELINA / JARDIM IPANEMA

CÁLCULO DA QUANTIDADE DE MÓDULO DE VERBA

| | |
|----------|--------|
| MÊS BASE | jan/22 |
| VALOR MV | 592,81 |

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | VALOR TOTAL | QUANTIDADE DE MV |
|-----------|---|-------------|------------------|
| 04.02.099 | ELEMENTOS VAZADOS | 39.943,53 | 67,38 |
| 06.02.099 | SERVIÇOS EM ELEMENTOS | 31.721,26 | 53,51 |
| 08.03.099 | SERVIÇOS EM REDE DE ÁGUA FRIA | 5.003,31 | 8,44 |
| 08.04.099 | SERVIÇOS EM REDE DE ÁGUA FRIA | 48.521,49 | 81,85 |
| 08.14.099 | SERVIÇOS RESERVATÓRIOS | 10.463,09 | 17,65 |
| 16.05.099 | ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM DE ACABAMENTO | 40.471,13 | 68,27 |
| 16.06.099 | SERVIÇOS DE COMPLEMENTOS EXTERNOS | 15.869,52 | 26,77 |

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto desta licitação.

17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Com base no Art. 31 da Lei Federal nº 8.666/1993, fica estipulada a obrigatoriedade, por parte do Fornecedor, de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa e Comprovações de Patrimônio Líquido correspondente a 10% do valor total estimado para o certame, dentro do estabelecido na referida Lei.

Justifica-se esta exigência, por tratar-se de licitação de serviços especializados de engenharia, garantindo a participação no certame de empresas que comprovem o atendimento na essencialidade e finalidade do objeto em questão.

18. DO PREÇO Deverão ser utilizadas como referência, a Tabela de Preços oficial publicada no site da FDE (data base:janeiro/2022).

Estimativa gerada pelos Orçamentos da FDE (anexo ao processo), em conformidade com o Relatório de Vistoria.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A garantia de execução contratual, quando exigida pelo Contratante em decorrência da celebração do contrato, deverá obedecer às normas previstas no Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, correspondente ao valor contratual de 5% (cinco).

ANEXO VII – PROJETOS / DESENHOS (portal PMSC);

ANEXO VIII – RELATÓRIO DO ORÇAMENTO DE OBRAS (portal PSMC);

ANEXO IX – PLANILHA PROPOSTA (portal PMSC);

Obs.: Os anexos de VII a IX serão disponibilizados aos interessados por meio de arquivos eletrônicos no site da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO X – ANEXOS DO TCE (em atendimento à Instrução nº 01/2020)

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: CNPJ Nº:

CONTRATADA: CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura. LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (NOME, CARGO, E-MAIL E ASSINATURA)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO XI – MINUTA DE ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS Nº XX / 2022
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022
Contrato Nº XX/ 2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8282/2022
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Obras Públicas

EMPENHO Nº _____

EMPRESA: _____

Autorizamos o início do serviço de: _____

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

- 01.** É de responsabilidade da CONTRATADA, substituir, na execução da obra, qualquer material impugnado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação. É de responsabilidade da empresa o atendimento imediato para que não haja prejuízo para CONTRATANTE.
- 02.** Os serviços não aprovados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas em hipótese alguma servirão de pretexto para que a empresa suspenda a prestação dos serviços.
- 03.** Após a aprovação dos serviços pela Secretaria Municipal de Obras Públicas a empresa emitirá a fatura/nota fiscal.
- 04.** O pagamento devido pela Prefeitura será efetuado até 30 (trinta) dias subsequentes a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo requisitante.
- 05.** Nas notas fiscais emitidas deverão constar o número desta licitação e do contrato, obrigatoriamente.

São Carlos, ____ de ____ de 2022

Secretaria Municipal de Obras Públicas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Comissão Permanente de Licitações

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO XII – RELAÇÃO DOS CONTRATOS DA EMPRESA EM EXECUÇÃO E A INICIAR

Obs.: Apenas contratos celebrados após a data de apuração do balanço

| Identificação e localização dos serviços ¹ | Objeto ou natureza dos serviços | Contratante (nome e endereço) | Participação ² | Período de execução | | Valor | | % ainda a executar |
|---|---------------------------------|-------------------------------|---------------------------|---------------------|---------------|-------|---------------------|--------------------|
| | | | | Início (mês/ano) | Fim (mês/ano) | R\$ | Data Base (mês/ano) | |

Não havendo compromissos assumidos, esta condição deve obrigatoriamente ser declarada pelo licitante.

¹ Por ordem cronológica das datas de início

² Individual, consórcio ou subcontrato. Em caso de consórcio ou subcontratação, indicar a percentagem de participação no faturamento na data da licitação.